



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

MAIO DE 2017

1

NEWSLETTER

Observatório das Migrações

Introdução # 17

O Observatório das Migrações dedica este mês de maio ao **tema dos Imigrantes e a Segurança Social** para assinalar o *Dia Mundial e Nacional da Segurança Social*, 8 de maio. A Segurança Social é a designação usada para o conjunto de regimes de proteção social dos cidadãos. Em Portugal esta data foi oficialmente instituída pela [Resolução do Conselho de Ministros 17/84, de 25 de fevereiro](#), com o intuito de realçar *a proteção devida em todas as situações de risco social em que se podem encontrar os trabalhadores e suas famílias e ainda com formas de apoio social especificamente dirigidas às pessoas em situação de carência*. A mesma resolução explicita ainda *a necessidade de uma correta e atempada informação dirigida à população em geral*. Ora é precisamente esse o propósito desta *newsletter*: recentrar este tema na reflexão, revisitando os conceitos enquadradores, as principais recomendações das instituições internacionais, as respostas institucionais e legais nacionais e europeias, e sintetizar o que a academia tem vindo a estudar mais recentemente sobre o tema.

À semelhança de outros fenómenos sociais, há em torno da relação entre imigração e segurança social alguns mitos que se têm vindo a criar. Há erros de perceção comuns que tendem a distorcer os factos. Em alguns países europeus tem sido por vezes defendido que a imigração tem iminentemente objetivos de maximizar apoios públicos, nomeadamente do sistema de proteção social dos cidadãos e, assim, desgastar as contas públicas das sociedades de acolhimento. O OM procura ao longo deste mês dissipar alguns mitos e estereótipos acerca deste tema e promover um conhecimento factual acerca dos direitos e deveres dos imigrantes neste âmbito, bem como acerca do seu contributo efetivo para o sistema de proteção social.

Os volumes [11](#) e [49](#) da Coleção de Estudos deste Observatório, [A Proteção Social da População Imigrante](#) (Silva, 2005) e [Imigrantes e Segurança Social em Portugal](#) (Peixoto, Marçal e Tolentino, 2011), fizeram uma inédita aproximação ao tema nas vertentes jurídica e sociológica, respetivamente, em Portugal. O estudo de 2005 sublinhou o elevado grau de proteção social da população imigrante em Portugal, destacando o país entre os melhores padrões internacionais. Contudo, o estudo veio realçar uma importante lacuna quanto à proteção específica dos trabalhadores imigrantes que saem do país antes de cumprido o tempo mínimo de contribuição a que estão obrigados antes de poder usufruir dos respetivos benefícios. Já o estudo de 2011 permitiu realçar os contributos da imigração para a sustentabilidade do sistema de proteção social português, combatendo o mito que os imigrantes viriam desgastar a segurança social portuguesa, demonstrando na realidade um balanço líquido (na relação entre contribuições e prestações sociais) muito positivo. A mesma análise tem sido feita nos Relatórios Estatísticos da [Coleção Imigração em Números](#) (Oliveira e Gomes, [2014](#) e [2016](#)), que demonstraram que – mesmo em anos de crise económica e



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

financeira que o país atravessou, com aumento dos beneficiários de prestações sociais - o saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população de nacionalidade estrangeira continua muito positivo (estabilizando em 309 milhões de euros em 2014).

2

Estes e outros conteúdos poderão ser consultados no **Centro de Documentação** do ACM em Lisboa que promove de **8 a 19 de maio** uma **quinzena temática** acerca de Imigrantes e Segurança Social. Publicações relevantes, nomeadamente das várias linhas editoriais do OM, entre outras do seu acervo documental acerca deste tema, bem como dados estatísticos trabalhados pelo OM, estarão disponíveis para consulta.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email om@acm.gov.pt e acompanhe-nos no sítio www.om.acm.gov.pt e na página do *Facebook* <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>

Principais conteúdos da Newsletter Temática #17

1. O debate científico em torno da relação entre imigrantes e segurança social
2. Referências bibliográficas sobre imigrantes e segurança social
3. Imigrantes e segurança social no contexto nacional
4. Imigrantes e segurança social nas Coleções do OM
5. Oportunidades para investigadores
6. Novidades bibliográficas



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

1. O debate científico em torno da relação entre imigrantes e segurança social

3

Aos longo das últimas décadas inúmeros estudos têm procurado discutir até que ponto se verifica uma relação causal entre imigração e o sistema de segurança social do país de acolhimento ou, por outras palavras, se as características do sistema de proteção social assumem um efeito propiciador ou repulsivo para os fluxos migratórios. Os resultados dos múltiplos estudos desenvolvidos nas várias ciências sociais (destaque para a economia) estão longe de chegar a resultados consensuais, mesmo quando analisando igual contexto de acolhimento (salientando-se o contexto norte-americano como um dos mais estudados). As referências bibliográficas sintetizadas de seguida encontram-se identificadas detalhadamente no ponto 2 desta *newsletter*.

Em 1990 Peterson e Rom publicam o livro *Welfare Magnets*, no qual desenvolvem a tese de que no contexto americano as pessoas que dependem da segurança social tendem a migrar internamente em direção aos estados com uma segurança social mais generosa. Correlativamente, os decisores políticos procurariam ativamente evitar que os respetivos estados se tornassem refúgios para pessoas dependentes da segurança social, nomeadamente cortando nos benefícios em questão e desencadeando assim um processo de sucessivos nivelamentos por baixo. Autores subsequentes vieram a aplicar estas ideias explicitamente aos migrantes internacionais.

Zavodny (1997) realiza, no rescaldo de um corte federal da segurança social para os imigrantes nos primeiros anos da sua estadia, uma análise econométrica que produz escassos indícios de que os novos imigrantes escolham os seus destinos com base na generosidade do sistema de segurança social do país de acolhimento. O que atrai novos imigrantes, como conclui a autora, são as redes sociais e/ou as populações imigrantes já residentes.

O artigo “Immigration and Welfare Magnets”, publicado em 1999 por George J. Borjas, investigou se as escolhas de destinos feitas pelos imigrantes que chegavam aos Estados Unidos eram influenciadas pela diversidade interestadual na relativa generosidade das respetivas seguranças sociais. O principal pressuposto desta análise era que os imigrantes que se encontrassem a beneficiar da segurança social escolheriam racionalmente localizar-se nos estados onde pudessem colher maiores benefícios. Os resultados a que chegou vieram sustentar essa hipótese, mostrando que os imigrantes que se encontravam a beneficiar da segurança social tendem mais a concentrar-se em estados generosos do que os imigrantes que não recebem benefícios da segurança social e do que os nativos. Por conseguinte, o autor concluía que os dados empíricos eram consistentes com a existência de um efeito de atração dos estados com uma segurança social mais generosa sobre os imigrantes.

Levine e Zimmerman (1999) publicam no mesmo ano um artigo no qual examinam a tese de que as diferenças entre estados na generosidade da segurança social levam à migração. Usando microdados do inquérito nacional (EUA) longitudinal à juventude, coligidos entre 1979 e 1992, empregam um modelo quasi-experimental que utiliza os critérios de elegibilidade dos diferentes sistemas de segurança social. Nomeadamente, o padrão de mobilidade interestadual das mulheres carenciadas com crianças a cargo que são elegíveis para os benefícios da segurança social é comparado ao de outros lares, carenciados mas não



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

elegíveis. Os autores concluem não encontrar indícios de que a migração de base na segurança social seja um fenómeno generalizado.

Em 2000, Allard e Danziger, publicaram o artigo “Welfare Magnets: Myth or Reality?”, analisando dados longitudinais sobre as decisões de migrar tomadas por famílias monoparentais. Os autores estimaram até que ponto as diferenças interestaduais nas generosidades dos programas de segurança social são de facto um fator relevante nessa escolha, concluindo que as famílias monoparentais migram pouco e que os benefícios não exercem uma influência significativa nessa decisão. Também Brueckner (2000), após expor os efeitos teóricos de uma hipotética migração orientada para a segurança social (*welfare migration*), passa em revista as evidências empíricas para a existência de uma tal migração e chega à conclusão de que os indícios são ambíguos.

Berry, Fording e Hanson (2003) enunciam de forma muito clara a tese da segurança social como íman e, sobretudo, o respetivo corolário, nomeadamente que a taxa de pobreza de um estado acompanhará qualquer aumento relativo dos benefícios da segurança social face aos estados limítrofes. Consideram também a tese de que, em reação ao enunciado anteriormente, os estados entrariam num processo de nivelamento por baixo competitivo ao nível da segurança social. Os autores identificam insuficiências (ao nível do modelo e das metodologias adotadas) em investigações precedentes cujos resultados apoiavam estas hipóteses. Uma vez corrigidos esses erros e efetuada nova análise sobre dados relativos aos estados americanos entre 1960 e 1990, concluem que não há indício de que a taxa de pobreza suba significativamente quando os benefícios da segurança social superam os dos estados vizinhos, nem de que os estados se encontrem envolvidos no referido processo competitivo de nivelamento por baixo.

Kaushal (2005) aponta que apesar do corte federal na segurança social para os imigrantes, vários estados reinstituíram alguns desses apoios socorrendo-se de fundos próprios. A autora usou a variação de políticas a nível estadual que resultou desse processo político como meio de realizar uma análise dos efeitos da elegibilidade e da generosidade associadas aos benefícios. A sua conclusão foi de que pouco efeito estas teriam na escolha de localização por parte das mulheres migrantes não casadas e com baixas qualificações que vão chegando.

Embora iniciado nos Estados Unidos, este debate alastrou ao continente europeu. Logo em 2004 Kvist interroga-se num artigo científico se “Does EU enlargement start a race to the bottom?”. O autor encontrava poucos indícios de que, após o alargamento a leste, os países com benefícios mais generosos se viessem a tornar ímanes para uma migração baseada na segurança social. Contudo, analisando as mudanças nas políticas, o autor constata que os estados da então UE15 claramente interagiam estrategicamente com base nesse pressuposto.

Do outro lado do debate, Sinn (2004) vem por sua vez sustentar que a migração só é positiva na medida em que não seja artificialmente induzida pelas “prendas” do estado social e que, não havendo na Europa de então essa cautela, a imposição de restrições seria uma reação racional da parte dos estados de destino.

Giorgi e Pellizzari (2006) prosseguem esta adaptação do debate ao contexto europeu e encontram um efeito pequeno mas significativo da generosidade do estado social na decisão de localização dos imigrantes.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

5

Ainda que pequeno, este efeito teria consequências que poderiam contrabalançar os benefícios, situação que os autores dizem poder ser evitada mediante a introdução de um rendimento mínimo europeu uniforme. Esta solução seria, afirma, mais barata em termos agregados do que a panóplia de sistemas de apoio social que existia à data, mas, dada a sua desigual distribuição geográfica, difícil em termos políticos. Num artigo subsequente, publicado em 2009, os mesmos autores atualizam a análise e reiteram as conclusões (Giorgi e Pellizzari, 2009).

Schulzek (2012) analisa o impacto da segurança social no asilo e na migração económica. A autora testa a tese do íman face a uma tipologia de estados de previdência (social-democrático, corporativo e liberal) com base em dados para 16 países da OCDE, entre 1985 e 2002. Na tipologia desenvolvida, a autora acaba por concluir que: (1) os estados de previdência de tipo social-democrata atraem refugiados, mas afastam imigrantes económicos; (2) os estados de previdência de tipo corporativo atraem refugiados e imigrantes económicos; e (3) os estados de previdência de tipo liberal afastam os refugiados mas, surpreendentemente, não atraem os imigrantes laborais. Estes resultados, segundo a autora, desafiam a assunção comum de que os imigrantes laborais são fortemente atraídos pelos estados de previdência de tipo liberal e respetivas economias favoráveis aos negócios. Neste âmbito a autora defende que será importante adicionar as considerações relativas à segurança social como um fator adicional ao modelo de migração baseado na atração-repulsão proposto por Lee.

Barrett e Maître (2013) centram o seu estudo em determinar se os imigrantes recebem mais da segurança social do que os nativos numa série de países europeus. Usando dados das Estatísticas do Rendimento e das Condições de Vida na UE, identificam poucos indícios de que os imigrantes recebam efetivamente mais quando todos os tipos de benefícios são considerados. Esta constatação mantém-se quer nos dados brutos, quer em análises de regressão que permitem controlar o efeito de características relevantes. Além disso, descobrem taxas de pobreza maiores entre os imigrantes, o que, em combinação com os resultados relativos aos benefícios da segurança social, os leva a questionar a eficácia do sistema junto desta população específica.

Giulietti e Wahba (2013) passam em revista as principais teorizações e pesquisas empíricas sobre a tese da segurança social enquanto íman e concluem que os indícios são bastante contraditórios. Uma possível explicação para este estado de coisas, adiantam, é que a literatura tenha até então falhado em reconhecer a existência de diferentes regimes de migração, bem como a possibilidade de a causalidade entre imigração e despesa com segurança social se processar no sentido inverso ao esperado.

Giulietti, Guzi, Kahanec e Zimmermann (2013) estudam o impacto dos subsídios de desemprego na imigração em 19 países europeus entre 1993 e 2008. Os resultados para os imigrantes com origem em países da UE indicam que não existe qualquer relação entre as duas grandezas nesta população. No que respeita aos imigrantes de países terceiros à UE, a análise mais rudimentar indica uma correlação moderada mas as técnicas mais sofisticadas indicam um efeito causal menor e estatisticamente não significativo. Os autores concluem que o debate sobre a “migração baseada na segurança social” é mal orientado e carece de sustentação empírica.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6

Giulietti (2014) prossegue esta linha de argumentação, afirmando que, ao contrário do que pretende a tese da segurança social enquanto íman para a migração, os indícios empíricos apontam para que as decisões migratórias não levem em consideração a generosidade da segurança social dos países de acolhimento. Mesmo quando os imigrantes usam os benefícios mais intensamente do que os nativos, a diferença corresponde a diferenças nas características demográficas e sociais das populações e não ao estatuto migratório *per se*. Acresce que os indícios sugerem que em alguns países os imigrantes têm uma dependência da segurança social inferior à dos nativos, apesar de enfrentarem um maior risco de pobreza.

Skupnik (2014) nota que com a introdução da liberdade de mobilidade para os trabalhadores da Europa de Leste, era esperado que os países da UE15 reduzissem os benefícios dos respetivos sistemas de segurança social de modo a evitarem tornar-se “ímans de segurança social”. Contudo, os dados da OCDE não apoiam a predição de um processo competitivo de nivelamento por baixo. Utilizando dados do inquérito ao emprego, o autor analisa os determinantes dos fluxos migratórios e não encontra indício de que, uma vez controlado o efeito das restrições políticas temporárias à liberdade de movimentos, as variáveis associadas à segurança social afetem os fluxos migratórios. Isso explica a razão pela qual o incentivo à mudança na despesa com segurança social é baixo.

Razin e Wahba (2015) utilizam a diferença na mobilidade permitida aos imigrantes com origem na UE, Noruega e Suíça, por oposição aos nacionais de países terceiros à UE, para procederem a uma análise que encontra fortes indícios a favor da tese da segurança social enquanto íman no caso do grupo com a mobilidade livre.

Por fim, e mais recentemente, Andersen e Migali (2016) fazem ainda notar que as análises desenvolvidas sobre este tema tendem a esquecer a forma como a segurança social pode afetar também a decisão de regressar ao país de origem. Nos países com benefícios da segurança social relativamente pequenos, os imigrantes tendem a regressar ao país de origem caso enfrentem uma situação de desemprego, por exemplo, enquanto em países com sistemas de segurança social mais generosos, alguns optarão por permanecer. O mais importante, contudo, é que a decisão de permanecer ou regressar é mais sensível à generosidade da segurança social do que a decisão original de vir para o país de acolhimento.

Em suma, trata-se de um debate que tem a sua origem do outro lado do atlântico mas que foi rapidamente importado para a agenda política europeia. Por outro lado, a tese da segurança social como íman, embora de origem académica, é politicamente carregada e polarizadora. A maioria dos estudos revistos argumenta contra a tese ou demonstra a sua fraca fundamentação. Persiste, porém, o desafio de compreender se a própria variedade dos sistemas de segurança social e da composição dos fluxos migratórios em cada país do mundo podem induzir a resultados distintos a nível internacional. Importa, pois, compreender melhor de que forma a questão se tem colocado no contexto nacional.

Em Portugal o tema da relação entre a imigração e a segurança social foi trabalhado por este Observatório das Migrações a partir de 2005, tanto numa perspetiva jurídica – quanto ao enquadramento legal que tem estabelecido os direitos e os deveres dos estrangeiros residentes no país em relação ao sistema de proteção social e a sua evolução (Silva, 2005 e Peixoto et al., 2011) –, como numa perspetiva sociológica e estatística que atende ao saldo dessa relação, na diferença entre as contribuições e as prestações sociais



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

beneficiadas pelos estrangeiros residentes ([Peixoto et al., 2011](#); [Oliveira e Gomes, 2014](#); [Oliveira e Gomes, 2016](#)). Resulta, neste âmbito, uma leitura que atende aos contributos muito positivos dos imigrantes para o sistema, nomeadamente por permitir atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico do país na sustentabilidade da segurança social. Se é certo que Portugal tem sido apresentado como um país com um elevado grau de proteção social da população imigrante ([Silva, 2005](#) e [Peixoto et al., 2011](#)), podendo considerar-se dentro dos melhores padrões internacionais, também é certo que as motivações para os fluxos imigratórios para o país não têm estado associadas a essas características, devendo atender-se que – noutra abordagem e talvez mais relevante – mais do que perceber se os direitos e deveres estabelecidos no enquadramento legal induzem a um aumento da imigração, é importante compreender qual o saldo dessa relação para o país ou a contribuição financeira líquida dos imigrantes para o sistema de segurança social. Os estudos desenvolvidos por este Observatório nesta vertente mostram claramente que o saldo tem sido muito favorável para o país com a população estrangeira residente, mesmo em anos de crise económica e financeira vivida em Portugal em que aumentaram os beneficiários de prestações sociais: em 2014, por exemplo, o saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população de nacionalidade estrangeira estabilizou em +309 milhões de euros, tendo dez anos antes sido de +420 milhões de euros ([Oliveira e Gomes, 2016: 124](#)).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

2. Referências bibliográficas sobre imigrantes e segurança social

8

Sem pretensão de exaustividade, destacamos neste espaço algumas das mais recentes referências bibliográficas acerca do tema desta *newsletter*, mas se conhecer outras referências relevantes por favor não deixe de partilhá-las connosco através do email om@acm.gov.pt

Artigos, capítulos e *Working Papers*:

- [ALLARD, S. W.; DANZIGER, S. \(2000\) "Welfare Magnets: Myth or Reality?", in *The Journal of Politics*, 62\(2\), pp. 350-368](#)
- [ANDERSEN, T. M.; MIGALI, S. \(2016\) "Migrant Workers and the Welfare State", IZA Discussion Papers, No. 9940.](#)
- [BARRETT, A.; MAÎTRE, B. \(2013\) "Immigrant welfare receipt across Europe" in *International Journal of Manpower*, 34\(1\), pp. 8-23.](#)
- [BERRY, W. D.; FORDING, R. C.; HANSON, R. L. \(2003\) 'Reassessing the "race to the bottom" in state welfare policy' in *Journal of Politics*, 65\(2\), pp. 327-349.](#)
- [BORJAS, G. J. \(1999\) "Immigration and welfare magnets" in *Journal of labor economics*, 17\(4\), pp. 607-637.](#)
- [BRUECKNER, J. K. \(2000\) "Welfare reform and the race to the bottom Theory and evidence" in *Southern Economic Journal*, pp. 505-525.](#)
- [DE GIORGI, G.; PELLIZZARI, M. \(2006\) "Welfare migration in Europe and the cost of a harmonised social assistance" IZA Discussion Papers, No. 2094.](#)
- [DE GIORGI, G.; PELLIZZARI, M. \(2009\) "Welfare migration in Europe" in *Labour Economics*, 16\(4\), pp. 353-363.](#)
- [SKUPNIK, C. \(2014\) "EU enlargement and the race to the bottom of welfare states" in *IZA Journal of Migration*, 3\(1\), 15.](#)
- [GIULIETTI, C.; WAHBA, J. \(2013\) "Welfare migration" Discussion Paper series, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, No. 6450.](#)
- [GIULIETTI, C.; GUZI, M.; KAHANEC, M.; ZIMMERMANN, K. F. \(2013\) "Unemployment benefits and immigration evidence from the EU" in *International Journal of Manpower*, 34\(1\), pp. 24-38.](#)
- [GIULIETTI, C. \(2014\) "The welfare magnet hypothesis and the welfare take-up of migrants". IZA World of Labor 2014: 37.](#)
- [KAUSHAL, N. \(2005\) "New immigrants' location choices: magnets without welfare" in *Journal of Labor Economics*, 23\(1\), pp. 59-80.](#)
- [KVIST, Jon \(2004\) "Does EU enlargement start a race to the bottom? Strategic interaction among EU member states in social policy" in *Journal of European Social Policy*, 14\(3\), pp. 301-318.](#)
- [LEVINE, P. B.; ZIMMERMAN, D. J. \(1999\) "An empirical analysis of the welfare magnet debate using the NLSY" in *Journal of Population Economics*, 12\(3\), pp. 391-409.](#)
- [OLIVEIRA, C. R. e GOMES, N. \(2014\), "Estrangeiros e Segurança Social", *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM, pp. 101-125.](#)
- [OLIVEIRA, C. R. e GOMES, N. \(2016\), "Estrangeiros e o Sistema de Segurança Social", *Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM, pp. 123-144.](#)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

[RAZIN, A. ; WAHBA, J. \(2015\) "Welfare magnet hypothesis, fiscal burden, and immigration skill selectivity" in *The Scandinavian Journal of Economics*, 117\(2\), pp. 369-402.](#)

[SCHULZEK, N. \(2012\) "The impact of welfare systems on immigration. An analysis of welfare magnets as a pull-factor for asylum seekers and labour migrants" London School of Economics, Migration Studies Unit Working Paper No. 2012/2.](#)

[SINN, H. W. \(2004\) "EU enlargement, migration and the new constitution" in *CESifo Economic Studies*, 50\(4\), pp. 685-707.](#)

[SKUPNIK, C. \(2014\) "EU enlargement and the race to the bottom of welfare states" in *IZA Journal of Migration*, 3\(1\), 15.](#)

[ZAVODNY, M. \(1997\) "Welfare and the locational choices of new immigrants" in *Federal Reserve Bank of Dallas Economic Review*, 2/1997, pp. 2-10.](#)

Livros e Relatórios:

[ILO \(2014\), *World Social Protection Report 2014-15: Building economic recovery, inclusive development and social justice*, Genebra: International Labour Organization.](#)

[PEIXOTO, J., MARÇALO, C., e TOLENTINO, N. \(2011\). *Imigrantes e segurança social em Portugal*. Volume 49 da Coleção de Estudos do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.](#)

[PETERSON, P. E., e ROM, M. C. \(1990\). *Welfare magnets: A new case for a national standard*. Brookings Institution Press.](#)

[SCHIERUP, C. U., HANSEN, P., e CASTLES, S. \(2006\). *Migration, citizenship, and the European welfare state: a European dilemma*. Oxford University Press on Demand.](#)

[SILVA, P. D. \(2005\). *A proteção social da população imigrante*. Volume 11 da Coleção de Estudos do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.](#)



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

3. Imigrantes e segurança social no contexto nacional

O sistema de Segurança Social português, à semelhança do verificado nos demais Estados sociais, define um **contrato social** que pressupõe a *responsabilidade coletiva das pessoas entre si na realização das finalidades do sistema e envolve o concurso do Estado no seu financiamento* (artigo 8.º da [Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro](#)). Compete nomeadamente ao sistema: *a efetivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica; a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão; a compensação por encargos familiares; e a compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência* (artigo 26.º da [Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro](#)).

Os direitos e deveres sociais dos cidadãos decorrem da própria [Constituição Portuguesa que no seu artigo 63.º](#) estabelece que *todos têm direito à segurança social e incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, prevendo-se que o sistema de segurança social protege os cidadãos da doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho*.

Sendo um sistema, por definição, um conjunto de elementos interdependentes que forma um todo organizado, a compreensão do seu funcionamento passa necessariamente pelo conhecimento de alguns desses elementos, bem como dos seus *inputs* e *outputs*, que neste caso são as contribuições e as prestações sociais. As [contribuições para a segurança social](#) são, na sua definição, *quantias determinadas pela aplicação das percentagens fixadas na lei sobre as remunerações ou equiparadas (bases de incidência), sendo devidas pelo beneficiário* (trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores por conta própria ou subscritores do seguro social voluntário) *e, no caso dos trabalhadores por conta de outrem, também pela respetiva entidade empregadora a fim de contribuir para o financiamento dos Regimes da Segurança Social*. Por sua vez, as [prestações sociais](#) são *transferências, pecuniárias ou em espécie, com ou sem condições de recursos, às famílias ou particulares, efetuadas pelos regimes de proteção social e destinados a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a proteção contra um certo número de riscos ou necessidades*. Estes fluxos tipicamente assentam nas mesmas pessoas, que assumem ora o papel de contribuintes, ora o de beneficiários. O [contribuinte da segurança social](#) é, na sua definição, *toda a pessoa singular ou coletiva sobre a qual recai a obrigação de contribuir para os regimes da Segurança Social, designadamente as pessoas singulares que exercem atividade profissional subordinada, as respetivas entidades empregadoras e os trabalhadores independentes*. A mesma pessoa singular será também [beneficiário da segurança social](#) na medida em que se encontre *inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos*.

No que toca à **relação entre imigrantes e segurança social**, o direito dos estrangeiros residentes, *lato sensu*, à participação no sistema está salvaguardado para todos os que trabalhem e residem em Portugal, bem como as suas famílias, estando sujeitos aos mesmos deveres e direitos que os cidadãos nacionais, não existindo qualquer regime especial para os imigrantes. Alguns condicionalismos estão, porém, previstos para os cidadãos estrangeiros: o acesso ao sistema depende da obrigatoriedade da inscrição (da responsabilidade dos empregadores ou do próprio trabalhador) e de um período mínimo de contribuições para poder obter prestações sociais, não podendo aceder a prestações sociais indivíduos sem título de



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

residência válido em Portugal. As contrapartidas do sistema de proteção social, como resultado das contribuições efetuadas para a segurança social, estão assim sujeitas a algumas condições no caso dos estrangeiros residentes, nomeadamente a residência em território nacional por períodos mínimos e com contribuições efetuadas.

A prática deste enquadramento legal tem assumido, ainda, ao longo do tempo alguns desafios aos imigrantes, nomeadamente no seu acesso a contrapartidas das contribuições efetuadas para o sistema, conforme atestava a [Recomendação do Provedor de Justiça N.º 4/B/05](#), de 7 de junho de 2005, que viria a ser consagrada na [Portaria n.º 458/2006, de 18 de maio](#). Mudanças legislativas têm também conduzido a importantes impactos no volume de titulares de prestações sociais (nomeadamente de titulares de nacionalidade estrangeira residentes no país) ou dos montantes de prestações sociais atribuídas. Como mostrou um estudo recente promovido pelo [EUROFOUND \(2015: 60\)](#), que analisou vários países da União Europeia, entre os quais Portugal, algumas mudanças nas políticas e nas medidas dirigidas às famílias durante os anos da crise económica na realidade – porque tornaram mais restritivos os critérios de elegibilidade no acesso e diminuíram os montantes concedidos – fizeram decrescer o número de famílias e de crianças com acesso a prestações sociais e a proteção social, e geraram impactos nas famílias beneficiárias ao reduzirem os montantes atribuídos por titulares. A alteração de 2012 do regime jurídico de proteção social português ([Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho](#)) - que veio rever os regimes jurídicos de proteção social em caso de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção -, é usada como exemplo no estudo para mostrar impactos negativos diretos no número de famílias e crianças (nomeadamente estrangeiras residentes em Portugal) com acesso a prestações sociais. Este enquadramento mereceu também, mais tarde, a apreciação do Tribunal Constitucional que deliberou em 2015 ([Acordam n.º 296/2015](#)) quanto à inconstitucionalidade de alguns dos seus dispostos, nomeadamente os aplicados a cidadãos estrangeiros por não respeitarem o princípio da igualdade.

A área da proteção e segurança social tem merecido atenção também no âmbito das **políticas de integração de imigrantes**, nomeadamente através de medidas específicas nos planos de ação nacionais para a integração de imigrantes em Portugal. O primeiro *Plano para a Integração dos Imigrantes* (PII) ([Resolução do Conselho de Ministros 63-A/2007, de 3 de maio](#)) reconhecia o fenómeno migratório como um fator positivo para a sustentabilidade da segurança social. O seu elenco de 122 medidas incluiu cinco que lidavam diretamente com a segurança social. A primeira destas surge na área de intervenção sobre trabalho e formação profissional. Trata-se da medida 9, que previa a realização de campanhas de sensibilização de trabalhadores imigrantes e respetivos empregadores relativamente à importância da inscrição dos trabalhadores na segurança social e ao cumprimento das obrigações fiscais de ambas as partes. As restantes quatro medidas surgem na área de intervenção sobre solidariedade e segurança social: a medida 47 priorizava o “estabelecimento de convenções de Segurança Social em falta, com os países de origem de imigrantes para Portugal, por ordem decrescente da dimensão da comunidade presente”, prevendo nomeadamente que se desenvolvessem esforços para o estabelecimento de novas convenções bilaterais de segurança social e que se acelerasse os processos que já se encontravam em curso; a medida 48 procurava salvaguardar os direitos, adquiridos e em formação, dos trabalhadores imigrantes que decorriam da vinculação dos mesmos ao sistema previdencial do Sistema de Segurança Social, prevendo que para tanto se desenvolvesse esforços no sentido de garantir aos trabalhadores imigrantes informação



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

adequada que permitisse o exercício pleno dos seus direitos; a medida 49 visava o “apoio humanitário a situações de pobreza extrema de imigrantes”, tratando-se, nomeadamente, de “garantir apoio social e o respeito pelos direitos humanos básicos, em situações de pobreza extrema de imigrantes irregulares ou de doentes imigrantes isolados, a partir da definição de um perfil de emergência humanitária equiparado ao definido para cidadãos nacionais” e de “realizar as diligências adequadas junto dos países de origem no sentido de que estes exerçam a proteção consular adequada nos termos previstos no direito internacional aplicável.”; finalmente a medida 50 tinha por objetivo de sensibilizar e formar “os funcionários da Segurança Social para o acolhimento e integração dos imigrantes”, prevendo, em concreto, a realização de “um plano de formação para os funcionários da Segurança Social que lidam com questões de imigração, tendo em vista uma melhor resposta técnica e humana às questões sociais específicas com que se deparam na relação com os imigrantes.”

O segundo *Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013)* ([Resolução do Conselho de Ministros 74/2010, de 17 de setembro](#)) também previu cinco medidas direcionadas para a relação entre imigrantes e segurança social. Na área de intervenção sobre emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais surge a medida 22, que visava garantir, por meio de uma alteração legislativa, a renovação dos títulos de residência a imigrantes mesmo que a entidade empregadora não tivesse cumprido as obrigações perante a segurança social. Na área de intervenção sobre solidariedade e segurança social surgiram as medidas 33 e 34: a primeira associada ao apoio humanitário a imigrantes em situações de pobreza extrema, seja qual for o “seu estatuto de permanência em Portugal, tendo como referência a definição de emergência humanitária aplicada aos cidadãos nacionais.”; e a segunda prosseguia o esforço de estabelecimento de convenções de segurança social com países de origem de imigrantes com comunidades representadas em Portugal, nomeadamente a Guiné-Bissau, Índia e Rússia. Na área de intervenção sobre idosos imigrantes surgiram ainda as medidas 69 e 70: a primeira destas preconizou o combate à vulnerabilidade socioeconómica dos idosos imigrantes através da divulgação das respostas institucionais disponíveis mediante a divulgação, junto dos imigrantes idosos e das suas famílias, dos apoios sociais disponíveis (e.g., complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção) e agilização do acesso aos mesmos, com vista ao combate à sua vulnerabilidade socioeconómica e segregação social; já a medida 70 previu a divulgação das formas de acesso aos direitos decorrentes das contribuições feitas para a segurança social, não só em Portugal mas também nos países de origem e na União Europeia, uma vez que o acesso aos mesmos é por vezes dificultado ou mesmo impossibilitado por desconhecimento dos procedimentos.

Mais recentemente, o *Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março](#)) integra duas medidas que se relacionam com a interação dos imigrantes com a segurança social. No eixo III (Política de coordenação dos fluxos migratórios) surge a medida 63, que visa a promoção da imagem de Portugal no exterior por meio da criação de um plano de comunicação para a atração de migrantes que informe, entre outros aspetos, sobre os regimes de segurança social, de modo a facilitar a futura integração na sociedade portuguesa. Por último, no eixo IV (Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios) ocorre a medida 87, que tem por objetivo alargar a várias áreas, entre as quais a segurança social, a utilização de um programa que permite agilizar a validação da situação de regularidade documental em território nacional.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

4. Imigrantes e segurança social nas Coleções do OM

13

O Observatório tem vindo a contribuir para aprofundar o conhecimento acerca da relação entre imigrantes e segurança social através da publicação de alguns estudos e da sistematização e análise de dados estatísticos e administrativos que aqui se recorda:

COLEÇÃO ESTUDOS



Imigrantes e Segurança Social em Portugal, João Peixoto (coord.), Carolina Marçalo e Nancy Tolentino, Estudos OM 49, dezembro de 2011: Para este estudo, os autores definiram como principais objetivos a avaliação do grau de proteção social dos imigrantes em resultado dos mecanismos legais existentes, bem como o apuramento da contribuição financeira líquida dos imigrantes para o sistema de segurança social. Concluem que os imigrantes, mesmo aqueles que se encontram em situação irregular, estão quase universalmente inscritos neste sistema, representando mesmo uma proporção relativamente elevada de contribuintes quando comparados com o total da população. Perante a análise dos dados estatísticos disponíveis, os autores defendem que a imigração recente é vantajosa para o financiamento da Segurança Social em Portugal. No período por eles analisado (2002 – 2010), a entrada de imigrantes gerou um contributo financeiro importante, que diminuiu, mas não foi posto em causa, com o impacto da crise económica e a maior necessidade de proteção social dos imigrantes. Face aos desafios que o atual perfil demográfico da população portuguesa coloca ao sistema de segurança social, os autores insistem na importância de uma corrente sustentada de imigração no futuro, que permita contrabalançar o envelhecimento dos imigrantes mais antigos e minorar as dificuldades do conjunto do sistema. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



A Protecção Social da População Imigrante: Quadro Legal, Estudo Comparado e Proposta de Reforço, Pedro Duarte Silva, Estudos OM 11, fevereiro de 2005: Este estudo analisa o enquadramento da população imigrante em termos do sistema legal de proteção social vigente à data da realização do estudo (2005), com especial ênfase na portabilidade ou pagamento internacional de prestações, designadamente em casos de regresso ao país de origem. O autor sublinha que Portugal apresentava um elevado grau de proteção social – tanto em termos de segurança social como de saúde – da população imigrante, podendo considerar-se dentro dos melhores padrões internacionais. Contudo, assinala uma importante lacuna



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

quanto à proteção específica dos trabalhadores imigrantes que abandonam o país sem terem logrado cumprir os prazos de garantia do sistema previdencial da segurança social. Neste contexto, apresentava como recomendação a criação de um fundo que permitisse obviar a questão, e onde se acumularia a parcela correspondente às prestações diferidas das contribuições e quotizações pagas por beneficiários dos países que não têm com Portugal acordos celebrados. Com esta recomendação o autor procurava encontrar uma solução que salvaguardasse os direitos dos trabalhadores imigrantes face aos descontos efetuados, alcançando assim uma maior equidade entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).

14

COLEÇÃO IMIGRAÇÃO EM NÚMEROS



Indicadores de Integração de Imigrantes, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes, Relatório Estatístico Anual 2016, Coleção Imigração em Números do OM, outubro de 2016: As autoras analisam no capítulo 6 deste relatório estatístico as contribuições dos estrangeiros para o sistema de Segurança Social e as contrapartidas que esta população recebe do sistema, ou seja, as prestações sociais de que beneficiam. Nos anos de referência para este relatório (2013 e 2014), e em linha com a tendência da última década, a relação entre as contribuições dos estrangeiros e as suas contrapartidas do sistema de Segurança Social português traduz um saldo financeiro do sistema social português com os estrangeiros bastante positivo, situando-se em 2013 em +273,5 milhões de euros e em 2014 em +309,2 milhões de euros. Neste período verifica-se ainda um crescimento do saldo da Segurança Social com os estrangeiros, refletindo uma diminuição dos montantes gastos com prestações sociais e um aumento das receitas do sistema de Segurança Social com as contribuições de estrangeiros. Por comparação ao total de residentes em Portugal, os estrangeiros continuam a ter menos beneficiários de prestações sociais por contribuintes, embora 2014 se assuma como um ano de melhoria dessa relação (tanto para os estrangeiros como para o total de residentes). Esta publicação pode ser encontrada neste [endereço](#).



Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal - Relatório Estatístico Decenal, Catarina Reis de Oliveira (coord.) e Natália Gomes, Coleção Imigração em Números do OM, dezembro de 2014: Neste relatório, as autoras sistematizam e analisam dados estatísticos e administrativos para o período de 2001 a 2012, focando no capítulo 5 a dimensão da Segurança Social. A esse respeito analisam, por um lado, o



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

contributo dos imigrantes para o sistema de Segurança Social português, recorrendo a dados estatísticos sobre as suas contribuições, e, por outro, as contrapartidas dos imigrantes face ao sistema de Segurança Social, associadas às prestações sociais de que beneficiam. Os dados indicam que a imigração que Portugal tem vindo a acolher não resulta de estratégias viradas para a maximização dos apoios públicos, argumento defendido em alguns países europeus, e que esses fluxos migratórios são mesmo necessários para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de Segurança Social, contribuindo para um relativo alívio do sistema de Segurança Social e para a sua sustentabilidade. Esta publicação encontra-se disponível neste [endereço](#).



O **Posters Estatístico OM acerca de Imigração e Segurança Social**, produzido pela equipa do OM e lançado em setembro de 2016, desconstrói alguns mitos que ainda prevalecem relativamente à relação entre imigrantes e Segurança Social como, por exemplo, a ideia de que a imigração desgasta as contas públicas das sociedades de acolhimento. Segundo os dados aqui sistematizados, o saldo financeiro da Segurança Social com os estrangeiros tem sido positivo em Portugal, mesmo nos anos de crise económica e financeira. Este *poster* torna também evidente que os imigrantes têm um efeito importante no contrabalançar das contas do sistema de Segurança Social português. Embora a população estrangeira residente em Portugal tenha diminuído nos últimos anos, o seu peso continua a ser substantivo, refletindo o impacto da força de trabalho estrangeira para a economia portuguesa. Aceda [aqui](#) a este e a outros *posters* de sensibilização estatística do OM.

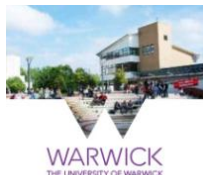
Continue a acompanhar estas e outras publicações do Observatório disponíveis para consulta e *download* gratuito em <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om>.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

5. Oportunidades para investigadores

16



Chamada para Comunicações - *Workshop “Migrants’ and Diaspora Responses to the Rise of Right-Wing Populism”*: A Universidade de Warwick, em Londres, recebe a 26 de setembro de 2017 o workshop “Migrants’ and Diaspora Responses to the Rise of Right-Wing Populism”, um evento realizado no âmbito do projeto *Diasporas and Contested Sovereignty* e desenvolvido no departamento de Estudos Políticos e Internacionais desta instituição. Este encontro pretende discutir questões relacionadas com a mobilização das diásporas de migrantes e refugiados perante a crescente visibilidade do populismo de extrema-direita, das posições anti-imigração e das políticas “pós-verdade” nas democracias liberais do ocidente. Os organizadores abriram um período de receção de propostas de comunicação (resumos até 300 palavras) para este *workshop*, que se prolonga até dia 15 de maio de 2017. As propostas deverão incluir uma questão de pesquisa e uma hipótese ou argumento central, bem como um enquadramento teórico e empírico, podendo adotar diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



Chamada para Comunicações - Conferência Europeia sobre Prevenção de Acidentes e Promoção da Segurança (“Safety Promotion in Action”): A EuroSafe, associação europeia que tem como principal missão a prevenção e a redução dos acidentes domésticos e de lazer na Europa, promove nos dias 21 e 22 de setembro de 2017 a conferência internacional “Safety Promotion in Action”, a decorrer no Royal Industrial Club de Amesterdão. O Instituto Ricardo Jorge, que é membro da EuroSafe desde o início de 2017, apresentará neste evento o sistema EVITA – Epidemiologia e Vigilância dos Traumatismos e Acidentes, um instrumento de vigilância dos acidentes domésticos criado em 2000. Este encontro, que se realiza 10 anos após a adoção da recomendação do Conselho de Ministros da UE sobre Prevenção de Acidentes e Promoção da Segurança, pretende apresentar exemplos de boas práticas na prevenção e investigação sobre acidentes, bem como reforçar a colaboração entre redes de investigação nos domínios da vigilância de acidentes, da segurança infantil e da segurança para pessoas séniores. O período para submissão de propostas para comunicação (resumos até 400 palavras) encontra-se aberto até ao dia 15 de maio, prevendo-se a divulgação das propostas aceites até ao dia 15 de junho. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



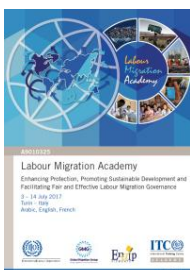
Concurso - 3 Vagas para Investigador em projetos do Migration Policy Centre (European University Institute): O Migration Policy Centre (MPI) do Robert Schuman Centre for Advanced Studies, organismo que integra o European University Institute, sediado em Florença, anunciou a abertura de concursos para Investigador (Research Fellow) em três contextos distintos: com data limite de entrega de propostas estabelecida para 8 de maio, o MPI procura um Investigador para exercer funções no âmbito do projeto Mercator Dialogue on Asylum and Migration (MEDAM), que procura responder às questões mais urgentes dos decisores políticos a respeito das migrações e asilo (mais informação [aqui](#)). Por outro lado, procura também um Investigador para trabalhar no projeto Prospects for International Migration Governance (MIGPROSP), que analisa as linhas condutoras das políticas migratórias em quatro regiões do globo: Ásia-Pacífico, Europa, América do Norte e América do Sul. Este concurso termina a 14 de maio de 2017 (mais informação [aqui](#)). Também com data limite de 14 de maio, está aberto um concurso para Investigador, não alocado a um projeto específico mas com a função de trabalhar sobre as dinâmicas jurídicas da migração, asilo e mobilidade no contexto europeu e da UE (mais informação [aqui](#)).



Curso de Pós-Graduação - Primeiras Jornadas de Estudos Internacionais sobre Direito de Estrangeiros e Crimigração: A Academia de Pós-Graduação da Universidade Autónoma de Lisboa organiza de 24 a 28 de abril de 2017 as primeiras jornadas de Estudos Internacionais sobre Direito de Estrangeiros e Crimigração, coordenadas por Manuel Guedes Valente (Universidade Autónoma de Lisboa), Maria João Guia (Universidade de Coimbra) e Renata Almeida da Costa (Unilasalle, Brasil). Este programa curricular propõe um espaço de formação e debate sobre temas como o direito de estrangeiros, o direito de asilo, o tráfico de pessoas, a detenção e reclusão de imigrantes, a criminalização de imigrantes e o fenómeno da crimigração. O programa consta de seis módulos temáticos e de duas visitas de estudo (a confirmar) ao Centro de Instalação Temporária de Migrantes no Aeroporto de Lisboa e ao Estabelecimento Prisional de Lisboa. No último dia, os formandos apresentarão trabalhos desenvolvidos ao longo do curso, sendo acompanhados pelos coordenadores das jornadas. Os interessados devem consultar a Autónoma Academy através dos canais referidos na sua página web. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Curso de especialização - Academy of Labour Migration (Organização Internacional do Trabalho): O Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) promove entre os dias 3 e 14 de julho de 2017 um curso de especialização articulado em torno das migrações laborais. Esta iniciativa, designada por Academy on Labour Migration, pretende debater o desenvolvimento de estratégias de governação eficaz e justa da migração laboral, as relações entre as migrações e o desenvolvimento sustentável, e os instrumentos e mecanismos disponíveis para proteger os direitos dos migrantes e das suas famílias. Os participantes poderão escolher os conteúdos do plano curricular, selecionando-os entre 3 grandes áreas temáticas: governação justa e eficaz da migração laboral; proteção de trabalhadores migrantes e migrações e desenvolvimento sustentável. A metodologia de ensino articula-se através de 3 etapas: uma fase preliminar em que o aluno acede a conteúdos online, uma segunda fase de estudo presencial, na cidade italiana de Turim, que envolve palestras, *workshops*, estudos de caso e trabalhos de grupo, e uma última fase de *follow up*, realizada em fóruns de discussão e redes sociais *online*. Os interessados deverão proceder [aqui](#) à sua inscrição até ao dia 26 de maio de 2017. Mais informações podem ser encontradas nesta [página](#).



Escola de Verão - “Migrants and Refugees at the Crossroads of the EU Crisis: Managing (Ir)reconcilable Practices?”: O Centro de Investigação em Ciências Políticas da Universidade do Minho promove nos dias 24, 25 e 26 de julho uma escola de verão subordinada ao tema da gestão das migrações na Europa e intitulada “Migrants and Refugees at the Crossroads of the EU Crisis: Managing (Ir)reconcilable Practices?”. O programa deste curso articula três eixos temáticos centrais com exercícios práticos na forma de debates e simulações. Os 3 tópicos estruturadores do plano de estudos são a gestão dos fluxos migratórios pela UE e seus países-membros, as questões da gestão de segurança no espaço europeu, e a emergência de fenómenos relacionados com a xenofobia e o racismo. Entre os investigadores e especialistas que vão contribuir para esta escola de verão contam-se Samir Nair (Centro Mediterrâneo Andalusi), Raul Hernández Sagraera (Comissão Europeia), Isabel Estrada Carvalhais (Universidade do Minho) e Catarina Reis Oliveira (Observatório das Migrações). O período de inscrições já está aberto e prolonga-se até dia 15 de junho. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Chamada para Artigos - Número especial de Ambivalências, “Multiculturalismo e processos identitários”:

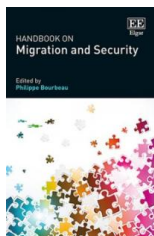
A revista *Ambivalências*, publicação do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” da Universidade Federal de Sergipe, abriu um período de receção de propostas para um dossier especial sobre “Multiculturalismo e processos identitários”, a ser incluída num número desta revista a sair em 2017. Para esse dossier, a revista *Ambivalências* define como objetivo reunir trabalhos inéditos de carácter teórico, teórico-metodológico e/ou empírico, que coloquem em perspetiva a relação - baseada em diferentes variáveis analíticas e contextuais - entre multiculturalismo e processos identitários, contribuindo para o debate académico sobre o tema. Os organizadores deste caderno temático, Fernando Kulaitis (Universidade Estadual de Londrina) e Marcelo Ennes (Universidade Federal de Sergipe), aceitam contribuições escritas em português, espanhol e inglês. A data limite para submissão de propostas, antes estabelecida para dia 30 de abril, foi entretanto prorrogada para 20 de maio de 2017. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



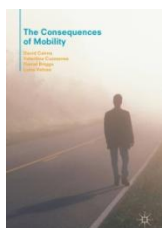
www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6. Novidades bibliográficas

20



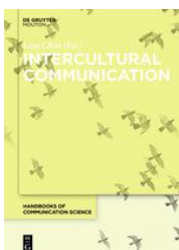
“Handbook on Migration and Security”: A editora anglo-americana Edward Elgar Publishing deu à estampa uma obra coletiva organizada por Philippe Bourbeau (Departamento de Estudos Políticos e Internacionais, Un. Cambridge) que analisa as relações entre o fenómeno migratório e a segurança num mundo globalizado. Os especialistas convidados para este livro refletem sobre a forma como um dialogo interdisciplinar e multifacetado pode estimular e enriquecer o conhecimento das migrações e da segurança na contemporaneidade. A maioria dos autores provém da academia norte-americana e britânica, embora também inclua investigadores oriundos do Brasil, Itália, França e Espanha. Este trabalho encontra-se dividido em quatro partes: “On the Importance of Migration and Security”, “Understanding the Securitisation of Migration”, “The Multiple Facets of the Securitisation of Migration” e “Global and regional dimension of the securitization of migration”. Nesta última secção, os contextos da Rússia, Ásia Central e América Latina são analisados nas suas especificidades. Mais informações podem ser encontradas na [página](#) respetiva do site da editora.



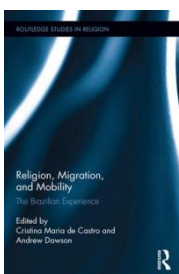
“The Consequences of Mobility: Reflexivity, Social Inequality and the Reproduction of Precariousness in Highly Qualified Migration”: Com edição da chancela britânica Palgrave MacMillan, está já no mercado o livro “The Consequences of Mobility”, com autoria partilhada por David Cairns (ISCTE-IUL), Valentina Cuzzocrea (Un. Cagliari), Daniel Briggs (European University of Madrid) e Luísa Veloso (ISCTE-IUL). Esta obra explora diversas variantes de migração altamente qualificada na União Europeia e indaga a capacidade destas formas de mobilidade humana para contribuírem para o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo. Nesta discussão, os autores identificam alguns dos principais desafios decorrentes da abertura das fronteiras europeias e da exposição dos mercados de trabalho e sistemas educativos da Europa à concorrência internacional. Embora reconheçam os aspetos potencialmente positivos da mobilidade, os autores também revelam muitas das consequências que resultam de uma deficiente governação das migrações e das desigualdades de acesso a oportunidades, defendendo que o fracasso na gestão da mobilidade conduz a maiores níveis de precariedade e à reprodução das desigualdades sociais. Mais informação sobre este livro pode ser encontrada na respetiva [página](#) do site da editora.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



“Intercultural Communication”: Com organização de Ling Chen (Hong Kong Baptist University), foi editado em abril de 2017 um volume coletivo que adota uma abordagem multidisciplinar para apresentar as mais recentes e inovadoras propostas na área dos estudos de comunicação intercultural. Os diversos autores que contribuem para esta obra colocam particular ênfase na comunicação individual e presencial e na comunicação em rede auxiliada por tecnologias digitais. Os vários capítulos estão organizados em quatro grandes secções, focando a história e as principais teorias sobre a comunicação intercultural, as abordagens comparativas trans-culturais, a experiência de encontro intercultural e as interações e intercâmbios entre culturas. O livro tem como principal público-alvo os estudantes pós-graduados e os académicos, estando concebido para facilitar a compreensão conceptual, a clareza teórica e a transmissão de conhecimentos empíricos, bem como as implicações práticas dos conceitos nele apresentados. Mais informações sobre este livro podem ser encontradas na respetiva [página](#) da coleção Handbooks of Communication Science da editora alemã De Gruyter.



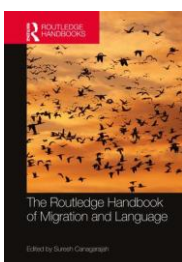
“Religion, Migration, and Mobility: The Brazilian Experience”: Centrando a sua análise nos campos das migrações e da mobilidade, esta obra coletiva encara a paisagem religiosa brasileira como fruto de um conjunto de fluxos transnacionais e de movimentos migratórios domésticos. O livro reúne diversas perspectivas interdisciplinares sobre migrações e religiões para defender que a pluralidade religiosa no Brasil deve ser compreendida num contexto global e dinâmico. Os diversos autores que contribuem para este trabalho mostram como comunidades religiosas como o Santo Daime, o Vale do Amanhecer e o Umbanda sociedade brasileira têm de ser compreendidas como resultando de um conjunto de influências de comunidades migrantes e das crenças e rituais que as acompanharam e que provêm tanto de “religiões mundiais” quanto de movimentos espirituais/religiosos alternativos. Religion, Migration, and Mobility é organizado por Cristina Maria de Castro (Universidade Federal de Minas Gerais) e Andrew Dawson (Universidade de Lancaster, Reino Unido) e conta com a participação de mais nove autores de diversas nacionalidades, que focam os contextos islâmico, judaico, budista e pentecostal no Brasil, entre outros. Mais informações sobre este livro podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



“Global Families, Inequality and Transnational Adoption; The De-Kinning of First Mothers”: A editora britânica Palgrave McMillan editou na sua coleção “Studies in Family and Intimate Life” uma obra da autoria de Riitta Högbacka (Universidade de Helsínquia, Finlândia) que analisa o processo de adoção em contexto transnacional tanto do ponto de vista da família que adota quanto na perspetiva da família de origem da criança adotada. Högbacka situa a adoção transnacional no contexto da clivagem global Norte-Sul, e investiga os efeitos devastadores da desigualdade de oportunidades e das relações de poder assimétricas no processo de adoção e nas mães das crianças que são adotadas. A autora baseia-se em material etnográfico recolhido em entrevistas com mães das famílias de origem sul-africanas e mães de famílias adotivas finlandesas, debruçando-se sobre os processos de tomada de decisão nas famílias de ambos os lados, e nos encontros entre elas. Este livro destina-se principalmente a estudantes e académicos que investigam as áreas da adoção, da família e do parentesco nos domínios da sociologia, da antropologia, do trabalho social e do desenvolvimento. Mais informações podem ser encontradas na respetiva [página](#) da editora.



The Routledge Handbook of Migration and Language: A editora Routledge lançou no mercado mais um volume da sua coleção “Routledge Handbooks in Applied Linguistics”, desta feita dedicado à relação entre o campo da linguística e a área das migrações. A obra, organizada por Suresh Canagarajah (Pennsylvania State University, EUA), reúne contribuições de especialistas nos domínios dos estudos das migrações, geografia, sociologia, filosofia e antropologia, para além da linguística. Os mais de 30 capítulos deste volume examinam a forma como os construtos de comunidade, lugar, linguagem, diversidade, estado-nação e estratificação social estão a atravessar um novo enquadramento teórico no contexto da mobilidade humana. Da mesma forma, investigam o lugar da linguagem nas questões de cidadania, das políticas educativas, do emprego e dos serviços sociais, ao mesmo tempo que exploram novas metodologias de investigação como a pesquisa móvel e participativa, a etnografia multi-situada e os métodos de investigação mistos. Mais informações sobre este livro podem ser encontradas na [página](#) respetiva da editora Routledge.